

RESUMO DO CURSO DE FORMAÇÃO EM VIGILÂNCIA DO ÓBITO MATERNO, INFANTIL E FETAL E DE ATUAÇÃO NAS COMISSÕES DE REVISÃO DE PRONTUÁRIOS

RELATO DE EXPERIÊNCIA

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO:

Mato Grosso do Sul – MS Capital: Campo Grande
Nº de municípios: 79 População estimada: 853.622
População residente – Homens 381.333 pessoas
População residente – Mulheres 405.464 pessoas
Fronteiras com os seguintes estados: Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, São Paulo.
Clima: tropical
Vegetação: cerrado na região leste do estado; Pantanal na área oeste; floresta tropical na região sul.
Cidades mais populosas: Campo Grande (capital); Dourados, Corumbá e Três Lagoas.
Principais recursos naturais (minérios): manganês e minério de ferro.
Principais problemas ambientais: poluição do ar na capital; poluição de rios e desmatamento.

INTRODUÇÃO

O Curso de Formação em Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal e de atuação em Comitês de Mortalidade foi um marco na minha vida profissional, tendo em vista minha atuação nas Comissões de revisão de prontuário e óbito Contribuir com a Vigilância em saúde para um acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde na comunidade, com o propósito de aprimorar as medidas de prevenção e controle, possibilitou que houvesse o fortalecimento da educação permanente nas ações e intervenções junto à comunidade e equipe de saúde.

PROBLEMÁTICA

A implantação de Comitês de Mortalidade Materna é uma das estratégias adotadas pelo Ministério da Saúde para redução do coeficiente de mortalidade materna, infantil e fetal.

Os resultados mostraram que o Comitê de Mortalidade da região Centro-Oeste possui predominância pelo trabalho investigativo e embora tenha sido implantado há mais de dois anos, encontra muitos obstáculos para funcionar no modelo proposto pelo Ministério da Saúde. Verificou-se que há necessidade de maior interação entre os comitês, a comunidade e o Comitê Estadual de Morte Materna, infantil, fetal e outros, como no caso do Comitê em que estou inserida, a fim de propiciar ações e melhorias que visem reduzir o coeficiente de mortalidade.

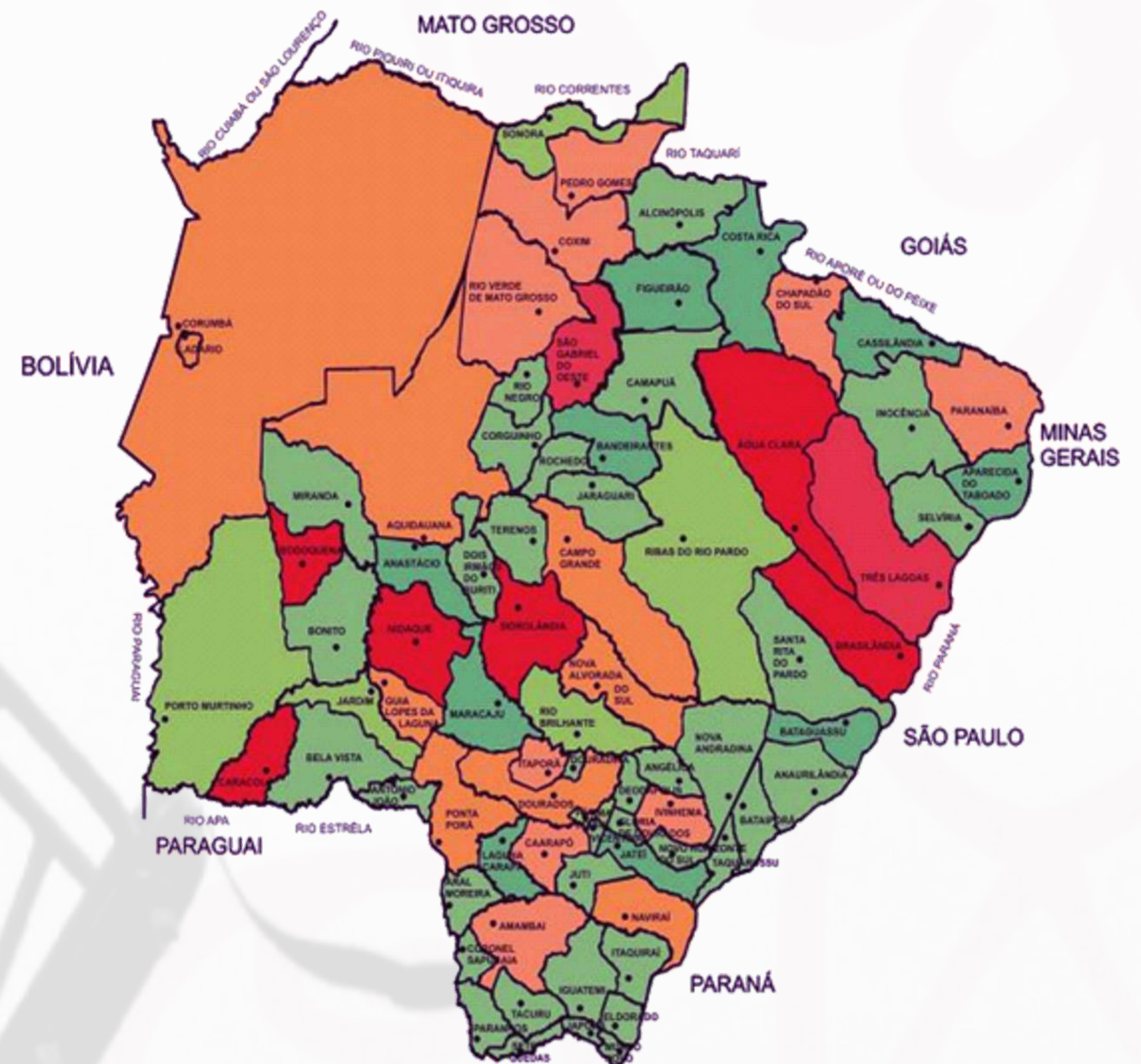
Conhecer e entender que o termo: Evitabilidade possibilita aos profissionais de saúde e gestores identificar fragilidades no processo de trabalho; promover discussão, re-avaliação e reorganização da atenção: fluxos, processos da assistência.

Alguns desafios que o curso nos transmitiu foi de garantir vigilância Agilidade, oportunidade da investigação para intervenção, para além de alimentar sistemas e organizar dados, mover mudanças Análise crítica da situação e mobilização efetiva para a mudança necessária e garantia de direitos. Análise crítica à luz dos conceitos do modelo adequado de atenção.

RESULTADOS

Foi possível no decorrer do curso, confirmar que a subnotificação de óbitos no País é ainda um problema a ser enfrentado, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. A omissão do registro do óbito em cartório seja pela dificuldade de acesso ou pela falta de orientação, existência de cemitérios irregulares ou pela falta de conhecimento da população sobre a importância da Declaração de Óbito, compromete o real dimensionamento do problema e a identificação das ações adequadas de saúde para a diminuição das taxas de mortalidade. Da mesma maneira, a baixa qualidade das informações nas declarações de óbito, representada pelo grande contingente de causas mal definidas de óbito – imprecisões na declaração da “causa da morte” – e campos não preenchidos, prejudica a análise dos fatores que influenciam a mortalidade e, conseqüentemente, dificulta as ações de intervenção.

É necessário, portanto, esforço especial e mobilização dos gestores e das equipes de saúde para a identificação do óbito infantil e fetal, qualificação das informações e incorporação da avaliação dos serviços de saúde para melhoria da assistência. A responsabilização e o compromisso dos serviços de saúde sobre a população de sua área de abrangência e, neste caso, sobre a morte de uma criança, devem fazer parte do cotidiano dos serviços de saúde, com o propósito de se identificar os problemas, as estratégias e medidas de prevenção de óbitos evitáveis, de modo que o País diminua as desigualdades nas taxas de mortalidade e alcance melhores níveis de sobrevivência infantil.



ESTRATÉGIAS, CAMINHOS PARA ENFRENTAMENTO

Desafios observados no decorrer do curso:

- Controle social: garantia de direitos de cidadania
- Intersetorialidade: condições de vida, inclusão, equidade
- Reduzir desigualdades
- Saúde sexual e reprodutiva: adolescente, gravidez indesejada, aborto inseguro
- Qualificar o pré-natal
 - Qualificar atenção ao parto e nascimento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível analisar durante o curso o funcionamento de alguns comitês, bem como os obstáculos que inviabilizam esta organização em atender o modelo proposto pelo Ministério da Saúde. Os Comitês apresentam esforços para manter uma atividade relevante à saúde e bem-estar social do município, evidenciando a participação dos enfermeiros, particularmente na atividade investigativa, embora as dificuldades para exercer as outras atividades do comitê. Assim, para que o comitê se torne efetivo, faz-se necessário mobilizar parceiros, incluindo profissionais de saúde, Comitê Estadual de Mortalidade Materna, infantil, fetal e outros, e sociedade, para atuarem em conjunto visando reduzir o coeficiente de mortalidade materna e melhorar a qualidade de vida da população. Este curso representa uma possibilidade de mudança no olhar crítico acerca do óbito e quanto à relevância de se prestar uma assistência integral ao indivíduo durante o ciclo de vida. Isso significa exercer a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) em qualidade e quantidade. O enfermeiro vê ainda a possibilidade de contribuir profissionalmente com os Comitês, que abrange sua região, tratando-se de um novo campo de atuação. Dessa forma, pode elaborar propostas a serem apresentadas a órgãos competentes, que visem melhorar as condições de saúde da população e o fortalecimento do comitê. Dentre as propostas sugere-se treinamento para os participantes do comitê.

Observação: Após o diagnóstico das necessidades de saúde dessa população, será estabelecida a elaboração do projeto para formação, capacitação e sistematização dos Comitês locais e regionais, com posterior apresentação aos órgãos responsáveis.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº196/96 Dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 1996.
BRASIL. Ministério da Saúde. SVS. Mortalidade Materna no Brasil, Capítulo 7. Brasília, 2009.
Brasil. Constituição Federal, 1988.
Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm. Acesso em: março.2016.
[HTTP://www.imprensaoficial.com.br/PortalO/download/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalO/download/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf)